

**ESPAÇO GEOGRÁFICO, FINANÇAS
CONTEMPORÂNEAS E PAISAGEM
URBANA: OLHARES PARA A
AMÉRICA LATINA**

*GEOGRAPHIC SPACE,
CONTEMPORARY FINANCE AND
URBAN LANDSCAPE: LOOKING AT
LATIN AMERICA*

*ESPACIO GEOGRÁFICO,
FINANZAS CONTEMPORÁNEAS Y
PAISAJE URBANO: UNA MIRADA A
AMÉRICA LATINA*

Leandro Di Genova Barberio

Aluno de mestrado no Programa de Pós-
Graduação em Geografia (UNESP -
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho - Câmpus de Rio Claro)

leandro.g.barberio@unesp.br

Fabrizio Gallo

Professor Associado (MS 5.3), lotado no
DGPA - Departamento de Geografia e
Planejamento Ambiental na UNESP -
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho - Câmpus de Rio Claro.
Docente do curso de Graduação em Geografia
e docente e orientador de Mestrado e
Doutorado no PPGG - Programa de Pós-
graduação em Geografia na mesma
instituição.

fabrizio.gallo@unesp.br

Resumo:

A Geografia, desde seu amadurecimento científico, instituiu metodologias para compreender as paisagens enquanto categoria de estudo. Este artigo tem como objetivo esboçar um entendimento da paisagem e a formação de seus elementos, visando compreender, como os conteúdos das estruturas urbanas estão imbricados numa lógica de reprodução e organização do capital financeiro. A metodologia consistiu no levantamento de dados primários e secundários, obtidos através de relatórios técnicos, publicações da imprensa e trabalhos de campo realizados nas cidades que estão sendo debatidas como objeto de estudo. Ademais, foi realizada uma revisão das produções científicas nacionais sobre o tema, bem como uma discussão conceitual para o entendimento da problemática apontada. Assim, nossa base empírica de análise apresenta como o sistema financeiro condiciona a produção de formas de acordo com a sua intencionalidade e necessidade de uso territorial. Conclui-se que lógica de reprodução do capital financeiro conduz a materialização de lugares alienados, de lugares que estão a serviço da circulação e valorização do capital forâneo.

Palavras-chave:

Paisagem,
Financeirização, Espaço Geográfico,
Território Usado, América Latina.

Abstract:

Geography, since its scientific maturity, has established methodologies to understand landscapes as a category of study. This article aims to understand the landscape and the formation of its elements, including understanding how the contents of urban structures are associated in a logic of reproduction and organization of financial capital. The methodology consists of collecting primary and secondary data obtained through technical reports, press publications and fieldwork. Furthermore, a review of national scientific productions on the topic was carried out, as well as a conceptual discussion to understand the problem highlighted. Thus, our empirical basis of analysis presents how the financial system conditions the production of forms according to their intentionality and need for territorial use. It is concluded that the logic of reproduction of financial capital leads to the materialization of alienated places, of places that are at the service of the circulation and valorization of foreign capital.

Keywords: Landscape, Financialization, Geographic Space, Used Territory, Latin America.

Resumen:

Desde su madurez científica, la geografía ha establecido metodologías para la comprensión del paisaje como categoría de estudio. El objetivo de este artículo es esbozar una comprensión del paisaje y de la formación de sus elementos, para entender cómo los contenidos de las estructuras urbanas se combinan en una lógica de reproducción y organización del capital financiero. La metodología consistió en una búsqueda de datos primarios y secundarios, obtenidos a partir de informes técnicos, publicaciones de prensa y trabajo de campo realizado en las ciudades estudiadas. Además, se realizó una revisión de las producciones científicas nacionales sobre el tema, así como una discusión conceptual para comprender el problema. Así, nuestra base empírica de análisis muestra cómo el sistema financiero condiciona la producción de formas según su intencionalidad y necesidad de uso territorial. Concluimos que la lógica de reproducción del capital financiero lleva a la materialización de lugares alienados, lugares que están al servicio de la circulación y valorización del capital extranjero.

Palabras-clave: Paisaje, Financiarización, Espacio Geográfico, Territorio Usado, América Latina.

Introdução¹

A conceitualização de paisagem ao longo da história foi caracterizada, de forma geral, como a descrição de objetos vistos no horizonte como um recorte de determinada perspectiva do olhar. Desse modo, o alcance visual do conjunto de formas pertencente à crosta terrestre deu sentido aos objetos considerados como paisagens; assim, as florestas, as pastagens, as lavouras, os rios, os lagos, bem como unidades de relevo (topos de morro, encostas, fundos de vale, rios, lagos), as cidades, os espaços rurais, as localidades antropomorfizadas, obtiveram essa denominação.

A Geografia e sua construção enquanto ciência fez com que essa modalidade de entendimento da paisagem adquirisse um *quorum* científico de métodos e metodologias para o aprofundamento da categoria de estudo. Esse avanço para os diferentes métodos de interpretação da realidade concretizou novos encaminhamentos à sistematização dos conceitos geográficos, e, assim, a ideia de paisagem, tomou um sentido científico enquanto categoria associada à geografia (Baldin, 2021).

O contexto de cientificação geográfica esteve imbricado aos movimentos políticos do século XIX e seu quadro de elaboração dos métodos científicos modernos. Diante desse fenômeno, as escolas geográficas desenvolveram formas próprias de pensar a construção da ciência geográfica e, assim, sucessivamente, elaborar e

¹ Os autores agradecem ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio e financiamento por meio de Auxílio Financeiro (Chamada n. 40/2022) e Bolsa de Produtividade em Pesquisa; e à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio e financiamento por meio de Auxílio Regular à Pesquisa e Bolsas de Mestrado e de Estágio de Pesquisa no Exterior (Processos 2021/08480-8, 2022/03387-2 e 2023/04419-8, respectivamente).

aprimorar métodos para realizar a interpretação dos elementos componentes do seu objeto de estudo (Moreira, 2013). As primeiras discussões a respeito do conceito de paisagem na geografia moderna estiveram associadas às análises das formas naturais e as relações do ser humano em seu arranjo técnico de transformação do meio (Moraes, 2007).

Segundo (Santos, 2002), a totalização do espaço geográfico e os diferentes modos de produção ao longo da história humana, concretizaram as formas e os conteúdos que constituem as paisagens. O contexto da globalização econômica, movimento fortalecido através das racionalidades técnicas, propiciou aos agentes do mercado financeiro novos ordenamentos territoriais que condicionaram suas ações e são condicionadas por estes. Esses eventos estão imbricados nas formas mercantilizadas que estruturam o modelo de paisagem de acordo com sua padronização normativa. As normativas presentes, nesse período histórico incluem o caráter financeiro e tecnológico da economia contemporânea mundializada, uma vez que viabilizada e difundida em diferentes regiões, quando combinadas aos ciclos de acumulação, conduzem a produção das novas estruturas produzidas no território.

O crescente incremento da produção de valorização financeira na economia intensificou a especulação sobre a moeda e sobre os meios improdutivos de geração do valor. A crise ocorrida no início dos 1970 deu origem a essa ressignificação do capital financeiro e sua forte especulação enquanto meio para aquisição do lucro. Esse novo contexto histórico fortaleceu os laços para a constituição das políticas neoliberais e as novas frentes de

financeirização da economia, tornando-se o momento ideal para a expansão desse novo regime de acumulação. Junto desse novo movimento, a forma das paisagens assume a dinamização de aceleração nas relações de trocas e de atendimento às espoliações do capital, refletindo em suas arquiteturas, os padrões de estruturas que visibilizam a atuação e a comunicação dos agentes do mercado global.

Desse modo, este artigo tem como objetivo esboçar um entendimento da paisagem e a construção de suas formas, associada ao regime de acumulação financeirizado. Portanto, buscaremos compreender através das paisagens como os conteúdos das construções urbanas estão imbricados numa lógica de reprodução e organização do capital financeiro, discutindo como os territórios e suas sínteses de alienação combinam em resoluções hegemônicas de produção do espaço geográfico.

Nosso estudo analisou três importantes cidades latino-americanas, especificamente da América do Sul (São Paulo (SP – BR), Cidade Autônoma de Buenos Aires (AR) e Santiago (CL)), visando identificar como as relações de mundialização do capital estabelecem padrões paisagísticos nessas localidades e quais as consequências desse fenômeno para o desenvolvimento urbano no período atual. Dessa maneira, os conceitos de espaço geográfico e paisagem deste artigo foram baseados na teoria de Santos (2002; 2008; 2009), buscando estabelecer seu método de totalidade espacial para a investigação do problema empírico estudado.

Como complemento a essa discussão realizou-se um breve resgate conceitual de alguns autores clássicos da geografia (Carl Sauer, Richard Hartshorne e Maximilian Sorre) que discutiram e

desenvolveram o conceito de paisagem. O intuito desse diálogo entre os autores foi de mobilizar a categoria paisagem ao longo do pensamento geográfico, visando identificar sua funcionalidade e atrelar os conceitos de paisagens derivadas, de Maximilian Sorre, e o conceito de espaço alienado, de Hildebert Isnard, ao estudo das paisagens financeiras.

Para um melhor aprofundamento teórico foi realizada uma revisão das produções científicas nacionais sobre o tema, bem como uma discussão conceitual acerca dos processos de estabelecimento paisagístico e as relações conceituais para o entendimento da problemática apontada.

A metodologia deste trabalho consistiu no levantamento de dados primários e secundários, obtidos através de relatórios técnicos, publicações da imprensa e trabalhos de campo, realizados nas cidades que estão sendo debatidas como objeto de estudo. O trabalho de campo mencionado está associado com uma Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior e foi realizado na UBA - Universidad de Buenos Aires, no período de 09 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023, na cidade de Buenos Aires. O intuito da pesquisa foi analisar os serviços de estacionamento rotativo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, com o objetivo de compreender a problemática sob a perspectiva de um olhar geográfico e as condições de uso do território em diferentes metrópoles da América Latina. A financeirização e as paisagens geográficas discutidas neste trabalho estão conectadas aos elementos encontrados na discussão do estacionamento rotativo e do planejamento urbano.

As temáticas apresentadas neste artigo, imbricadas no método e metodologia, percorreram debates a respeito das ações de

diferentes agentes do capital na composição e organização do território, junto de outras temáticas relacionadas a configuração dos elementos componentes do espaço geográfico.

Breve conceitualização geográfica de paisagem

A análise do recorte paisagístico se designa dentro da ciência geográfica como um item de entendimento de observação momentânea das diferentes complexidades de ações e materializações dos elementos geográficos. A temporalidade dos movimentos de produção social e de suas relações enquanto meio de sobrevivência, demonstram como os diferentes conjuntos de transformações dos objetos ao longo da história, caracterizam a essencialidade de formação e organização do espaço geográfico.

O espaço geográfico, que se constitui pelas ações dos agentes privados e estatais, apresenta em sua configuração territorial, diferentes níveis de organização técnica (Santos, 2012). Os fenômenos citados anteriormente, demarcam como o entendimento analítico de formação das paisagens adentra a lógica do acontecer geográfico, ultrapassando as condições descritivas do objeto estudado.

A trajetória histórica de formação do pensamento geográfico foi direcionada por diferentes discussões a respeito do conceito de paisagem e sua operacionalização enquanto método. A geografia francesa do século XIX apresentou em muitas de suas obras o conceito enquanto um objeto de estudo da geografia. O sentido parte dos princípios da busca pela compreensão da ação técnica do ser humano e os seus resultados enquanto paisagem.

Santos (2012) apresenta como o conceito foi utilizado como excelente artifício para explicar a região e o lugar, de acordo com sua organização de vida. A temporalidade e a desenvoltura do que era exibido como espacial permitia essa comparação e associação entre os conceitos e as circunstâncias de produção do conhecimento local.

A paisagem, na geografia francesa, esteve associada com as teorias e métodos de Paul Vidal de La Blache, que aprofundou o entendimento desse conceito, estabelecendo a síntese da ação humana na produção do que seria apresentado como um recorte geográfico do espaço. O conceito de gênero de vida², que serviu como parâmetro para definição de paisagem, apresentou como as ações harmoniosas entre o chamado meio natural e o movimento modelador humano associavam os elementos técnicos e culturais na produção paisagística do lugar (Luz, 2014).

Após as discussões realizadas pelo possibilismo francês, uma gama de outros autores buscou trazer uma nova perspectiva para o conceito, estabelecendo relações entre os fenômenos culturais e sociais, com o intuito de entender a paisagem através de uma abordagem sistemática. Entre os autores, destacam-se Carl Sauer e Richard Hartshorne, na geografia estadunidense, e na geografia francesa, um dos expoentes é Maximilien Sorre,

Para Sauer, o entendimento da paisagem está de acordo com os elementos culturais de sua composição, apresentando um aspecto fenomenológico na posição do pesquisador e sua forma de

² O conceito de gênero de vida implica uma ação metódica e contínua que age fortemente sobre a natureza, desenvolvendo, para tal fato, técnicas, hábitos e costumes que lhe permitissem fazer uso dos recursos naturais disponíveis e transformar os recursos naturais em elementos paisagísticos (MORAES, 2007).

realizar a leitura dessa categoria de estudo. À vista disso, para o autor, o método de entendimento da paisagem traz uma distinção entre seus elementos naturais e seus elementos culturais (Pedrosa, 2009).

A busca pela compreensão sobre o papel do ser humano e seus valores, ações e crenças, formalizou o método de compreensão do que seria a paisagem, que estaria consequentemente associada ao conceito de área geográfica. Assim, as clássicas transformações culturais dos elementos naturais do espaço geográfico se viabilizariam nas características materiais e imateriais, conduzindo as ligações entre terra e vida, dando sentido, no entendimento de Sauer, do que se caracterizaria como a paisagem (Luz, 2014).

Corrêa (1997) destaca que o estudo da paisagem na teoria de Sauer leva em consideração três princípios: 1) a alteração e construção da paisagem física antes do homem; 2) a alteração e construção da paisagem durante a ocupação; 3) maiores alterações presentes na paisagem cultural. Essas formas de análises concretizam os elementos da corrente histórica do pensamento geográfico cultural, sendo uma das linhas epistemológicas na qual Sauer contribuiu de forma expressiva para a sua consubstanciação.

Outro relevante autor que trabalhou o conceito de paisagem foi Hartshorne. Este discutiu a ambiguidade (cultural e natural) das formas de pensar a paisagem, indicando problemáticas existentes nas correntes anteriores e de tradução da palavra. Como condição para uma reelaboração epistemológica, propõe que o conceito de área seja utilizado como meio de compreensão dos estudos paisagísticos. O autor faz a crítica aos métodos empregados

na visão de Sauer e dos geógrafos Possibilistas³. De acordo com o Hartshorne, ocorre uma separação entre aspectos culturais e naturais nas explicações das paisagens, contribuindo com problemas nos procedimentos da geografia, ocasionando limitações em suas discussões (Hartshorne, 1978).

Pedrosa (2009) destaca como as discussões de Hartshorne estiverem associadas ao entendimento da superfície terrestre e qual sua constituição enquanto local de ocupação e transformação humana do cosmo geográfico. Esse movimento apresentou uma nova caracterização para a conceitualização do que viria a ser paisagem, visando uma nova escala de complexidade, associada a ordem de análise que partiu do natural para uma condição de entendimento social, que se aprofunda para além do visível.

Desse modo, Hartshorne buscou aprofundar o estudo da geografia nos elementos espaciais e quais funcionalidades havia presente entre esses objetos. A formação do lugar consideraria modelos relacionados e inter-relacionados através do espaço. Os fenômenos dos lugares e suas relações, associados ao método por parte do pesquisador, se enquadrariam numa visão arbitrária, subjetiva e simplificadora (Hartshorne, 1978).

³ Possibilismo pode ser entendido como uma corrente do pensamento geográfico que foi definida junto da Geografia francesa, tendo como precursor o geógrafo francês Vidal de La Blache. Para o Possibilismo, o ser humano desempenha um papel ativo nas relações estabelecidas com o meio, visando suprir suas necessidades através das transformações realizadas nas matérias primas e recursos naturais. Diante desse processo de troca mútua, são criadas as formas geográficas, que originam as paisagens e as obras de ocupação do espaço. Assim, nessa perspectiva do pensamento geográfico, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana, promovendo desse entendimento o nome de Possibilismo (MORAES, 2007).

Sorre (1967), apontava que a Geografia Humana poderia ser considerada como uma descrição das paisagens sociais de maneira científica, visando investigar sua distribuição pelo planeta. A técnica seria o fator-chave para o entendimento das reproduções espaciais em uma escala de atuação global. Através da descrição, a análise geográfica deveria reconhecer os traços paisagísticos e seu enfoque nas relações entre o homem e o meio (ecologia do ambiente e do homem). Mas, a ecologia deveria pautar-se na dimensão histórica, buscando compreender as origens do ser humano e das formações naturais. Assim, a paisagem tornou-se um dos elementos centrais desta descrição e construção do conhecimento geográfico.

A paisagem aparece na teoria de Sorre como um complexo, abarcando a compreensão do movimento de articulação entre os elementos tradicionais e os modernos, não focando somente nas técnicas elementares ou tradicionais dos povos (Sorre, 1967). Para o autor, as paisagens, em alguns casos de modernização, representam a transferência de traços característicos de reprodução técnica, desenvolvendo os princípios de paisagens derivadas, de lugares originalmente colonizados (Pedrosa, 2009; Sorre, 1967).

Os processos de modernização paisagística nas construções do século XX produziram paisagens na América Latina semelhantes às edificações europeias. Essa observação permitiu a formação do conceito de *paisagens derivadas* de Max Sorre (1967). A situação de colonização dos territórios latinos e a incorporação das modernizações externas, impõe usos, organizações e regulação pautados na interface com o mundo. Os territórios latinos se conformam enquanto territórios derivados da economia internacional, pois as novas técnicas produzidas no centro do

sistema econômico capitalista se difundem em direção à periferia, reproduzindo bases arquitetônicas que facilitem o seu estabelecimento enquanto posição de controle⁴ (Santos, 2002).

Ao dar continuidade nas discussões de paisagens derivadas de Maximilien Sorre, Isnard (1978, 1982) aprofunda a temática com a elaboração do conceito de espaço alienado. Para esse autor, as relações de produção que originaram a alienação do espaço geográfico estão atreladas aos instrumentos de poder e forças exógenas em relação aos lugares. Nesse sentido, os diferentes conjuntos paisagísticos encontrados na superfície terrestre assumem similaridades de um espaço central dominante em função de um espaço periférico dominado, em que esse fenômeno estabelece as relações de organização territorial e a divisão social do trabalho.

Para Santos (2002), a paisagem é o momento e a situação de concretização de determinados movimentos e formas localizadas nas transformações híbridas entre sociedade e natureza. A herança histórica se torna explícita no recorte da paisagem, junto da concretização das formas que formulam o espaço geográfico. O espaço geográfico é a circunstância dinâmica de vida que resulta da junção dos objetos e ações, sendo a movimentação e a essencialidade do real (Santos, 2002). A mutação dos valores e das significâncias sociais proporciona ao espaço geográfico sua organização social; ele está em transformação permanente, diretamente conectado aos valores globais e sua capacidade de totalização.

⁴ A ideia de controle apresentada nesse trecho remete a discussão realizada por Santos (2002), na qual destaca características territoriais, encontradas no Sul global, de espaços do mandar e espaços do fazer (SANTOS, 2002).

Santos (2002) destaca que a compreensão do espaço geográfico deve considerar a síntese dos sistemas de objetos e do sistema de ações, constituído por materialidades e intencionalidades que se condicionam reciprocamente de maneira indissociável (Santos, 2002, p. 63). Esse padrão de organização dos objetos e ações, que constitui o espaço geográfico, traz em sua titularidade as condicionantes contraditórias e solidárias na execução dos movimentos econômicos e sociais. Desse modo, para entender como a sociedade se utiliza das formas e produz suas ações, o estudo deve buscar o entendimento das normativas encontradas nas engrenagens do sistema capitalista e seu processo de transformação da natureza e produção de bens materiais.

As mudanças nas formas de produzir afetam diretamente a paisagem. Esta se conecta ao movimento de avanço técnico e social dos meios de produção. Assim, a lógica das estruturas e formas das cidades no capitalismo, assume uma característica organizativa de acordo com a funcionalidade que o capital remete aos seus modelos de extração e constituição do lucro. As formas-conteúdos da cidade passam a se enquadrar nesse contexto, dando origem às diferentes paisagens. O trabalho fixo reverte-se nas condições artificiais de formação antropomórfica, gerando um distanciamento do que é visto como natural. A homogeneização do lugar tornou-se marca do novo período técnico-científico-informacional (Santos, 2008).

O histórico da paisagem urbana apresenta sua transversalidade, seu modelo de execução e organização na instituição das formas enquanto conteúdo de um determinado momento. A concretização da forma paisagística assume diferentes valores na temporalização espacial, os formatos de organização do

modelo social vigente e modo de produzir adentra a estrutura da paisagem e formaliza um novo sentido de funcionalidade para sua organização (Santos, 2012). Nessa perspectiva, as cidades e suas configurações territoriais se imbricam no conteúdo social das normatizações (ação, intencionalidade, ideologia, simbologia), junto das mobilidades da sociedade, elencam as transformações de organização do espaço e criam situações de equilíbrio para restabelecimento dos movimentos de totalização. Desse modo, a dinâmica das formas-conteúdo participa de uma dialética com a própria sociedade e os processos de evolução do espaço geográfico.

As cidades globais, que se tornaram o espaço dos agentes hegemônicos, são grandes aglomerações urbanas que funcionam como centros de influência internacional. São dotadas de técnica e conhecimento para as decisões vinculadas à economia globalizada e ao progresso tecnológico. A rede de infraestrutura necessária para a realização de negócios nacionais e internacionais conecta-se à grande concentração e movimentação financeira, estando diretamente associadas às sedes de grandes empresas ou escritórios filiais de transnacionais, formando recortes paisagísticos em setores específicos das cidades. Como complementariedade de serviços, localizam-se nessas regiões citadinas, importantes centros de pesquisas, contabilidade, publicidade, bancos e advocacia, além das principais universidades, constituindo, assim, uma rede de trocas de informações voltadas para a aceleração do fluxo de capital.

As mudanças nas paisagens e a materialização espacial

O dinamismo econômico e social criado ao longo dos modos de produção e seus regimes de acumulação materializam construções dos diferentes períodos históricos. As formas que são inseridas na reprodução do espaço urbano permanecem como registro das organizações espaciais passadas junto dos sistemas de objetos e sistemas de ações que se manifestam na organicidade dos usos perpetrados no território.

Essa desenvoltura traz a marca do desenvolvimento técnico-social, caracterizando a condição para que a história se registre como fenômeno enxergado e como depoimento físico de um passado de dinamização. Esse fenômeno, remete ao conceito de rugosidade e apresenta um modelo de análise para a realidade através do entendimento da cristalização, nos territórios, dos objetos e ações. Desse modo, essa atividade formaliza as novas dinâmicas sociais (ações) que estão a produzir e modificar os objetos territoriais (Santos, 2002).

A unicidade da técnica justifica o padrão de homogeneização de alguns setores globalizados da cidade. A indução do aporte dos objetos geográficos como paisagens simbólicas do capital, formaliza a atuação desse sistema na constituição das metrópoles latino-americanas. Assim, ocorre de forma condicionante e condicionada a ação mútua de objetos e ações na complementaridade do processo de constituição do espaço geográfico. Os objetos condicionam a elaboração e execução das ações e as ações, em seu retorno, na construção e produção dos objetos. O entendimento desse sistema caracteriza um dos métodos

analíticos para a compreensão do funcionamento de produção e reprodução da geografia contemporânea.

O mercado financeiro global adentra ao jogo lógico da tecnologia, utilizando os sistemas de comunicação e sua instantaneidade, para os diferentes processos que atendam suas necessidades de expansão nos territórios. O contexto informatizado e o adensamento de sua hiperapilarização, demonstra como a atual conexão entre objetos e a disponibilização de informações implicam nas instalações desiguais de dispositivos tecnológicos. O meio técnico-científico-informacional (Santos, 2009) aparece como embasamento de aceleração para as trocas de informação e, também, como sistema de controle de operações à distância. A mundialização do capital tem como expansão a regulamentação dos aparatos digitais e sua fixação enquanto ponto de desenvolvimento para a fluidez econômica (Santos, 2002; Santos, 2008; Santos, 2009).

A tecnificação dos dispositivos informacionais alterou as paisagens e suas morfologias, condicionando a novos ciclos de aceleração do capital e suas trocas instantâneas. A cidade tornou-se um adorno das particularidades do sistema da mundialização financeira, passando a produzir formas que dessem sentido aos novos ciclos de acumulação. O lugar e as relações que compõem sua ordem de estabelecimento social foram refuncionalizados, de acordo com os novos eventos das ações globalizadas e suas temporalidades capitalistas de operacionalização. O tempo social e orgânico, fruto de horizontalidades locais, passou a ser dinamizado de acordo com as verticalidades transnacionais, impondo seu padrão normativo

para as relações sociais do trabalho e produção da configuração territorial (Santos, 2002).

A racionalidade técnica ocupa as diretrizes do planejamento nos pressupostos de uso seletivo do território. Essa racionalidade técnica produz as verticalizações e novas formas de trabalhar no território que, muitas vezes, não se encaixam em sua dinâmica local. A alteração de uma ordem comunitária-cotidiana para uma ordem mundializada empresarial, em conjunto com grandes agentes do mercado financeiro, reproduz projetos alheios de caráter pragmáticos nas formas arquitetônicas que se afloram em localidades urbanas específicas⁵ (Chesnais, 1996). O sentido social do uso da cidade é convertido em modelos de uso corporativo e de gestão de mercado.

A mudança paradigmática de um conjunto de novas possibilidades concretas, que conduzem a sistematização de novas formas na constituição territorial, estão associadas à compreensão dos aspectos da realidade contemporânea e a globalização (Santos, 2009). Esse movimento se reproduz enquanto materialização das formas-conteúdo, dando sentido à morfologia arquitetônica da cidade e a sua combinação enquanto processo da conjuntura econômica e sua temporalização material. Como Santos (2002) coloca, os objetos assumem um arranjo técnico específico, contribuindo com localizações previamente estabelecidas e com a intencionalidade de sua produção combinada com os interesses de valorização e dispersão da informação, sejam elas econômicas, políticas e/ou culturais.

⁵ Nas grandes cidades analisadas nesse trabalho, foram encontrados espaços de materialização financeira determinadas por regiões ou corredores de porções específicas, enquanto uma configuração socioespacial voltada para esses serviços.

O contexto de produção normativa neoliberal assume um arcabouço de facilitação para a expansão de um planejamento mercadológico, apresentando uma perspectiva de cunho especulativo e conectado a situações de extração de renda da terra. A conjuntura do atual período se enquadra na prerrogativa da cidade voltada para atender a circulação e a padronização empresarial, que se caracteriza por processos de retirada do Estado como agente regulador e a inserção do mercado como forte agente envolvido na produção normativa-legislativa (Harvey, 2008; Harvey, 2011).

A consequência dessa atualização técnica se destaca como um processo de produção e organização socioespacial marcado pelos interesses de agentes do mercado e voltado para sua facilitação de trocas informacionais. Esse movimento concretiza a formação paisagística vista como artefato simbólico e de suporte para o mercado financeiro, caracterizando as divisões e fragmentações vistas na distribuição do espaço urbano.

Financeirização e as paisagens contemporâneas

A década de 1970 caracterizou-se por sua grande expansão enquanto momento de avanço para o capital financeirizado. Os novos trâmites burocráticos estamparam as novas formas de organização do Estado e suas medidas para a condução do planejamento de instâncias vistas como sociais. A predominância do mercado e demais instituições financeiras, através de suas formas de definição, gestão e produção da riqueza no capitalismo contemporâneo, induziram novos formatos de gerenciamento das

políticas públicas e seus discursos de modernização. A acumulação do capital adentrou ao circuito da produção do valor fictício, na qual passou a se manifestar pelas vigências de um padrão de funcionamento em que as suas opções fossem reguladas por meio de canais improdutivos e não por atividades diretamente produtivas (manufatura, construções, comércios) (Dowbor, 2017).

O conjunto de políticas de intervenção e regulação na economia, em grande parte definidas pelo acordo de Bretton Woods, no ano de 1944, foram destituídos com o avanço das discussões políticas de redução do Estado e seus meios de participação. O crescente incremento dos ativos financeiros na economia global intensificou a especulação sobre a moeda e os meios improdutivos de geração do valor.

A crise ocorrida no início dos 1970 deu origem a essa ressignificação do capital financeiro e sua forte especulação enquanto meio de aquisição do lucro. Esse novo contexto histórico fortaleceu os laços para a constituição das políticas neoliberais e as novas frentes de financeirização da economia, tornando-se o momento ideal para a expansão desse novo regime de acumulação.

A dominância do dólar, enquanto moeda global, definiu seu lastro como meio de controle nas ações de organização das medidas financeirizadas e como regra para as políticas econômicas de países latino-americanos e asiáticos. Gerou-se, nessa condição, uma forma de dependência às medidas e ajustes que fossem realizados na institucionalização das políticas macroeconômicas. Nesse novo regime de acumulação, os títulos e ativos (títulos da dívida pública, títulos privados, ações, fundos etc.) do capital na bolsa de valores assumiram recursos de garantia para o investimento e, também,

como um meio de aquisição do lucro, estando diretamente associado à liquidez e seguridade atestada pelo Estado (Pessanha, 2019).

O conceito de financeirização do capital⁶ traz em sua essência um ressurgimento e maior direcionamento do processo das transações econômicas associadas às formas portadoras de juros e de desdobramentos fictícios de especulação. As finanças alcançam, no atual contexto social, condições de centralidade em diferentes relações sociais e econômicas, assim, fornecendo uma “dominância da esfera financeira” (Chesnais, 1998, p. 190) sobre as formas e métodos de planejamento e organização do espaço geográfico. Esse novo modelo de normatização das ações e das relações de trocas no mercado global foi oportuno para o aprofundamento de novas políticas de juros, dos instrumentos cambiais, e de um avanço da mundialização do capital.

A mercantilização, neste novo contexto, assume uma forma financeira em suas relações de trocas. O processo de geração e extração de renda foi acentuado à esfera da produção de riqueza no modelo fictício, atrelando os mecanismos produtivos e de produção do valor a uma esfera especulativa. O capital fictício avança como forma de desenvolvimento entre as condições de especulação, obtenção de lucro e organização do trabalho. Gerar lucro sem a necessidade dos meios produtivos e das forças de produção, está entre as formas de atuação desse novo modelo do capital e seu formato de acumulação (Chesnais, 1998).

⁶ A financeirização do capital se enquadra no modelo da dominação financeira sobre os demais setores da economia, tornando um padrão sistêmico de produção, orientado pela lógica da valorização do valor pautado no modelo fictício. Fator que inclui operações com ativos financeiros e não-financeiros (LAPYDA, 2023).

Nesse novo movimento de acumulação do capital, a desintermediação bancária cresce junto aos novos agentes financeiros institucionais. A desregulação normativa da econômica projeta uma nova circunstância de atuação do capital a nível mundial. Como destaca Chesnais (2001)

As instituições em questão compreendem os bancos, mas, sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os Mutual Funds), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários. São eles os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo (Chesnais, p. 8, 2001).

A fetichização do financeiro adentra a lógica de valorização do valor, mascarando, de forma mais acentuada, as condições das relações sociais de produção. O dinheiro se torna uma ferramenta de produzir dinheiro e o valor se valoriza numa etapa de especulação fictícia, formalizando os movimentos de concretização associados ao domínio das finanças. A vida social tende a sofrer as influências desse sistema de valorização do valor, dando sentido às normatizações de financiamento nas esferas cotidianas (Godoy, 2018).

As estruturas tecnológicas que hipercapilarizaram as acelerações e as relações de trocas comerciais no território, servem como suporte para a nova guinada do capital financeiro e sua modernização. A alteração cultural, as mudanças nas formas de sociabilidade e socialização, caracterizam os novos meios de formalização e normatização da vida cotidiana vinculada ao contexto de ascensão dos canais financeiros (Montenegro, 2017).

A infraestrutura existente no espaço geográfico serve como suporte para o capital avançar em seus níveis de lucratividade, uma vez que a necessidade da alta fluidez das trocas de informações são asseguradas através das ótimas condições estruturais existentes no território, junto do investimento como ponto lucrativo da comercialização espacial (Harvey, 2013). Assim, a ideia de valorização do espaço e no espaço perpassa o ponto de acúmulo que o capital necessita em seu sistema de desenvoltura. Esse movimento remete ao fenômeno da apropriação urbana, uma vez que o meio de circulação e sua intencionalidade de investimento construtivo, estão atreladas às bolhas de acumulação do capital e suas manobras de espoliação socioespacial.

A refuncionalização dos lugares, associada à construção de novas paisagens e a desapropriação social, apresenta como o capitalismo vem tangenciando diretamente os processos de sistematização territorial. O capital financeiro encontra nessas brechas novas formas para sua extração de lucro, uma vez que parcela o espaço geográfico como ativo ou como outros meios de investimento privado. A cidade se torna refém desse novo sustentáculo do mercado globalizado.

Segundo Chesnais (1996), a remuneração financeira consiste nas ações especulativas de novos investimentos em pontos de capital fixo, reestruturando o espaço geográfico, as suas lógicas de organização e os sentidos das relações sociais existentes nos lugares. Braga (1993) destaca alguns indicadores que apontam para o avanço da financeirização sobre as distintas parcelas do território e suas organizações, remetendo diretamente essas ações a uma sobreposição de ativos financeiros em relação aos ativos reais, a elevação das operações cambiais entre as economias internacionais, o crescimento de uma riqueza financeira em relação a uma riqueza real de base produtiva.

A reprodução do capital e seus processos de atuação induzem as situações de estruturação diferenciada de parcelas do espaço geográfico. As formas de uso que o território comporta se vinculam diretamente às necessidades de criação de um abrangente aparato tecnológico capaz de coordenar e conectar um sistema financeiro parasitário com diferentes partes do planeta. As transferências dos capitais excedentes modelam a condição de estruturação do espaço urbano, impactando diretamente nas formas e na organização dos objetos e ações pertencentes as cidades.

A paisagem urbana atual se caracteriza por possuir setores que remetam ao regime de acumulação financeira. As formas encontradas em pontos específicos das cidades, indicam como as variáveis associadas as construções urbanas estão sob influência dos movimentos de agentes externos ao local. Desse modo, apresentaremos na próxima seção casos de metrópoles latino-americanas que contemplam esse movimento sob a ótica da padronização financeira.

A situação empírica: aspectos da paisagem nas cidades de Buenos Aires (Argentina), Santiago (Chile), São Paulo (SP-Brasil)

A caracterização das paisagens junto do movimento de internacionalização econômica resultou em paisagens associadas ao “universo financeiro”. A financeirização, que atinge parcelas do espaço geográfico como movimento de especulação, rentismo, expropriação e espoliação, conduz a estruturação de formas que se tornam sua marca socioespacial (Figura 1). As relações do período técnico-científico-informacional (Santos, 2002), induzem a formação de redes que concretizaram a ação de agentes hegemônicos na modelização da cidade. Desse modo, na América Latina, alguns pontos de suas metrópoles assumem formas que são lugares de concentração de escritórios do capital financeiro, estabelecendo corredores de alta tecnologia como meio de cumprir sua demanda de dispersão espacial.

Figura 1 – Paisagens financeiras (Cidade Autônoma de Buenos Aires)



Fonte: Autores, 2023.

O meio técnico-científico-informacional apoiado na intencionalidade do mercado oferece uma sofisticação temporal a um determinado conjunto estratégico na organização dos objetos da cidade. O novo e o velho, sendo um par dialético da contemporaneidade, indicam como os movimentos de ações do Estado, sociedade e mercado, se combinam no rearranjo do espaço geográfico.

O processo da financeirização traz em sua gênese a transformação econômica, cultural, de comportamentos e de valores na política e nas relações sociais (Montenegro e Contel, 2017), acarretando o uso e organização do território associados a um programa mercadológico. Os ritmos temporais acelerados e as trocas de informações estabelecem novos rumos para as atividades tidas como urbanas (Sanfelici, 2013).

A consolidação para o regime de acumulação financeiro traz em sua essência padrões paisagísticos que estão circunscritos

por formas que servem como suporte para a circulação do capital e a mobilidade de seus agentes. A forma presente nessas regiões é dinamizada de acordo com intencionalidade do mercado financeiro. As ações, que concretizam a funcionalidade do conteúdo temporal presente nesses objetos, tornam-se capaz de influenciar o desenvolvimento da totalidade espacial, dando para essas paisagens o sentido de financeiras (Santos, 2002).

Na figura 1 destacam-se edifícios ligados a empresas que ocupam a região do bairro de Puerto Madero. Esses elementos transfiguram na imagem a fixação de grandes empresas corporativas do mercado financeiro reunidas em uma espacialidade conhecida como lugar da financeirização. Estão sediados nesses lugares bancos (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Santander, Bank of China), empresas multinacionais de tecnologia (Cirion Technologies, Exxon Mobil, Insurance Corporation of British Columbia - ICBC), edifícios corporativos para sediar escritórios de empresas (Alvear Tower, Bouchard Plaza, Torre Madero Office), entre outras atividades combinadas as inovações mercadológicas.

A financeirização se distribui no espaço geográfico tornando as localidades padronizadas por normativas impostas de forma verticalizadas (Santos, 2002). A infraestrutura existente nesses lugares favorece a circulação de informações e mercadorias, uma vez que o padrão técnico e científico encontrado dinamiza e acelera o processo de comunicação. Desse modo, o espaço geográfico serve como suporte para essas ações dos agentes do capital e, também, assume uma condição de encarecimento das propriedades dos seus arredores. Esse fenômeno se combina a modernização

espacial e os requisitos que levam a uma valorização do preço do metro quadrado urbano.

As situações geográficas (Silveira, 1999) e os novos retratos da totalidade mundial, abrem caminho para o entendimento das novas relações estabelecidas nos lugares e como as ações internacionalizadas estão a configurar lugares de acordo com a intencionalidade de agentes hegemônicos do mercado financeiro (Cataia e Ribeiro, 2015).

Essa dinamicidade financeira de padronização paisagística, relatada ao longo do texto, foi encontrada nos bairros das cidades de Buenos Aires⁷ (Argentina) (Puerto Madero, Retiro), de Vicent Lopez (Argentina), de Santiago (Chile) (Vitacura, Las Condes, Providencia) e em São Paulo (São Paulo-Brasil) (na região da Avenida Faria Lima - pertence aos bairros Alto e Baixo Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Europa)⁸. Através de trabalhos de campo, foram levantadas informações que deram a base para as discussões de como cada localidade citada apresentou sua formação socioespacial associada à estrutura financeira encontrada em seu território.

Dessa forma, os princípios de uma cidade corporativa (Santos, 2005) e conectada a usos mercadológicos do espaço urbano, combinam com o ideal de uma formação socioespacial voltado para seu interesse, junto, assim, de sua materialização espacial, que traduz como a ação do capital molda cidades em distintas partes da América Latina. Essa condicionante está imbricada nas condições dos países dependentes e suas marcas de exploração e expropriação,

⁷ O trabalho de campo indicado na cidade de Buenos Aires (AR) ocorreu na capital federal do país.

⁸ O trabalho de campo mencionado está associado com a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE-FAPESP) e foi realizado no período de 09 de agosto de 2023 a 15 de dezembro de 2023, em Buenos Aires - Argentina.

explicitando como a coerção dos agentes hegemônicos conduz, de maneira parecida, as formas de realização do planejamento urbano e da organização dos sistemas de configuração territorial.

As paisagens identificadas são as marcas de concretização desses fenômenos. Alguns dos requisitos presentes nos pontos de aglomeração dos escritórios financeiros são: a padronização de edifícios com planta livre (do inglês *open plan offices*); as faixadas de vidros e modelos arquitetônicos modernos; o uso de estruturas equipadas com elementos tecnológicos para alta velocidade na troca de informações; a garantia de integração nas redes de maior agilidade para a mobilidade urbana. Esses lugares se tornam um ponto padrão para a concentração de grandes de empresas e a desenvoltura de uma localidade voltada para seu consumo próprio, enquanto espacialidade de *primeiro mundo*, território do desenvolvimento capitalista.

Esses pontos do território, espaços com essa funcionalidade e forma, adquirem a condição de local de valorização e circulação para o capital, dando sentido às formações socioespaciais mais contrastantes e de níveis tecnológicos dissemelhantes em relação as realizações de trocas e transações comerciais. A forte interação entre os agentes de empresas do capital financeiro profere novos hábitos por meio de uma homogeneização de processos e estruturas do território urbano.

O bairro de Retiro na Cidade Autônoma de Buenos Aires é um exemplo para se discutir a condição da financeirização e sua estruturação espacial, visto que boa parte de suas formas e fixos está conectada ao funcionamento de escritórios de grandes empresas, e suas margens para um ordenamento espacial voltado

para o acelerado fluxo do capital e seu movimento de especulação. Nessa região da cidade, torna-se nítido como as infraestruturas da localidade estão a serviço do capital e sua monopolização da informação. A circulação pelo local está associada a essa forma de representação paisagística dos elementos que se combinam para um espaço a serviço de grandes empresas do mercado financeiro.

Na região do bairro Retiro encontram-se os edifícios da Exxon Mobil Corporation, BankBoston, Globant, Pan American Energy, os edifícios de escritórios Torre Catalinas Plaza e Laminar Plaza building, do Banco espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Empresa KPMG, Samsung Electronics Argentina S.A.. Essa rede de escritórios forma o corredor de estabelecimentos financeiros da região do Central Business District (CDB), da Cidade Autônoma de Buenos Aires, constituindo a homogeneização paisagística que classifica esse perímetro como uma área arquitetônica da financeirização contemporânea (Casali, 2021) (Figura 2).

Figura 2 – Bairro do Retiro (Cidade Autônoma de Buenos Aires – AR)



Fonte: Autores, 2023.

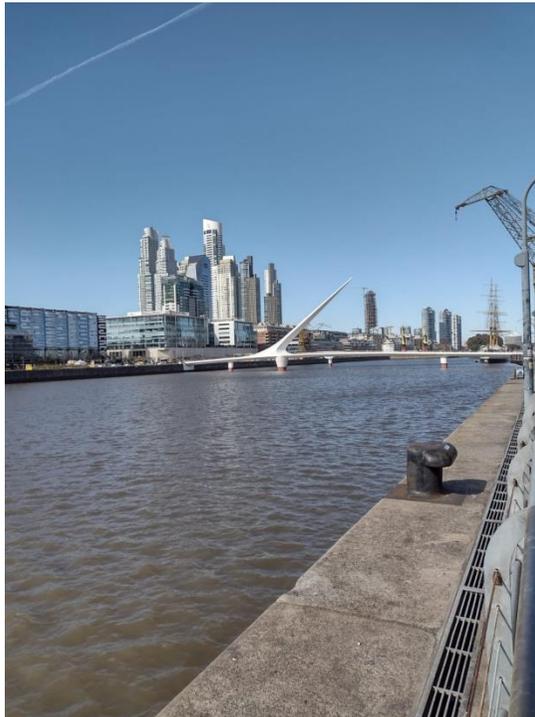
Esses corredores se estendem para a região norte da cidade, em que formalizam uma sequência de localidades que concentram as instalações dos escritórios das empresas do mercado financeiro. Esses corredores são distribuídos por avenidas, ruas, praças e bairros. Assim, em cada localidade ocorre a confluência de um determinado número de empresas.

Uma outra localidade na Cidade Autônoma de Buenos Aires, que possui uma característica de paisagem financeira, é a região de Puerto Madero. Em seu entorno existem escritórios de grandes empresas, bares e restaurantes famosos, uma universidade, hotéis de luxo, museus, cassinos, entre outras atividades associadas ao capital. O bairro foi construído pelo

engenheiro Eduardo Madero no ano de 1887, com o intuito de abrir um novo caminho para as relações de transporte marítimo, visando a facilitação para o escoamento de mercadorias.

Na década de 1990, começou a reurbanização de velhos celeiros, moinhos e galpões para utilização como residências, escritórios, lojas e restaurantes, junto das novas forças culturais que se expandiram nesse momento por todo o planeta: a da revalorização, recuperação e “reciclagem” do patrimônio histórico urbano. A política neoliberal dos 1990 se instalou e acarretou a venda do patrimônio estatal, junto da transformação das áreas e sua funcionalidade. Na Argentina, o governo de Carlos Menem (1989-1999), que se caracterizou pelos aprofundamentos neoliberais nos princípios políticos e econômicos, deu sentido a promoção de leis pautadas na ideologia da Reforma do Estado, promovendo a principal articulação entre os poderes políticos e as capacidades técnicas para a transformação material e imaterial do bairro.

Figura 3 – Puerto Madero (Cidade Autônoma de Buenos Aires – AR)



Fonte: Autores, 2023.

Essa formulação levou a criação da Corporação Autônoma – integrada por representantes dos governos nacional e municipal – que permitiu destravar os múltiplos conflitos de interesses que impediam todo tipo de ação que iria contra a venda e privatização do bairro portuário. Desse modo, o movimento de sua inserção enquanto proliferação de “oficinas do mercado financeiro”⁹ adentrou à lógica de neoliberalização da cidade e na construção de formas e padrões arquitetônicos combinados a modelos de corporações financeiras.

⁹ O termo Oficina faz referência aos escritórios de empresas mundializadas que ocupam a região.

O mesmo exemplo pode ser proferido para as partes visitadas na cidade de Santiago no Chile. A comuna de Las Condes, localizada na região leste da Grande Santiago, que, juntamente com Providencia, é o centro financeiro e turístico da capital chilena. A localidade é constituída por um padrão arquitetônico de inspiração estadunidense, e forma-se enquanto localidade de expansão de escritórios do capital financeiro. Las Condes tornou-se um dos setores mais representativos para a expressão da mercantilização urbana, uma vez que sua enorme diversidade de setores comerciais, residenciais de alto poder aquisitivo e uma interessante combinação de arquitetura urbana inovadora (parques de composição arborista), efetivam a expressão de uma paisagem que apresenta uma alienação e derivação de modelos externalizados de construção.

Figura 4 – Comuna de Las Condes - Chile



Fonte: Autores, 2023.

Com uma área de quase 100 km², Las Condes tem uma população de aproximadamente 250.000 habitantes, comportando áreas financeiras importantes conhecidas pelos nomes de Sanhattan e El Golf, com escritórios distritais de grandes empresas. O número de áreas comerciais como Apumanque, localizada no Metrô Manquehue, o Parque Arauco localizado junto ao Parque Araucano e Alto Las Condes, conceituam o sentido de uma localidade de paisagens vistas como uma importação de organização e planejamento do espaço urbano.

No bairro do El Golf, pertencente à comuna de Las Condes (Santiago-Chile), destaca-se a ocupação de empresas dedicadas a serviços comerciais, enquanto em Providencia, as empresas de seguros e serviços médicos são responsáveis pela maior parte dos metros quadrados. O grande número de locadores dessa região chilena está associado a um mercado com diferentes tipos de proprietários, incluindo fundos de aluguel, seguradoras, e investidores privados, com rendimentos e escritórios voltados para a distribuição de informações e ordens de processos de produção.

A região denominada de Sanhattan, traz em seu arquipélago paisagístico uma alusão à ilha de Manhattan em Nova Iorque (Estados Unidos), uma vez que esse recorte pertencente ao maior centro financeiro da capital chilena, se destaca pela moderna verticalização e infraestrutura de prédios espelhados.

Figura 5 – Região de Sanhantan (Santiago - Chile)



Fonte: Autores, 2023.

A região da avenida Faria Lima, é uma região da cidade de São Paulo (São Paulo-Brasil) que compreende os bairros de Itaim Bibi, Alto e Baixo Pinheiros, Jardim Europa, sendo caracterizada, principalmente, como a localidade na qual se encontra uma boa porcentagem dos escritórios financeiros da cidade (e do Brasil). Em seu comprimento de aproximadamente 5 km de extensão, a área que compreende o microcosmo paulistano, de um circuito tecnológico de camada espacial, que se caracteriza em sua essencialidade por uma organização voltada aos meios de difusão da informação para os agentes do mercado mundial.

O movimento de concentração e construção de escritórios financeiros na região partiu da premissa da organização espacial pautada no ideal de “distrito de negócios”. A idealização dos prédios

corporativos de alto padrão, esteve associada a essa construção de uma localidade de uso e ocupação do solo, combinando edifícios corporativos a uma área de grande valorização na precificação dos imóveis (Mengue, 2024).

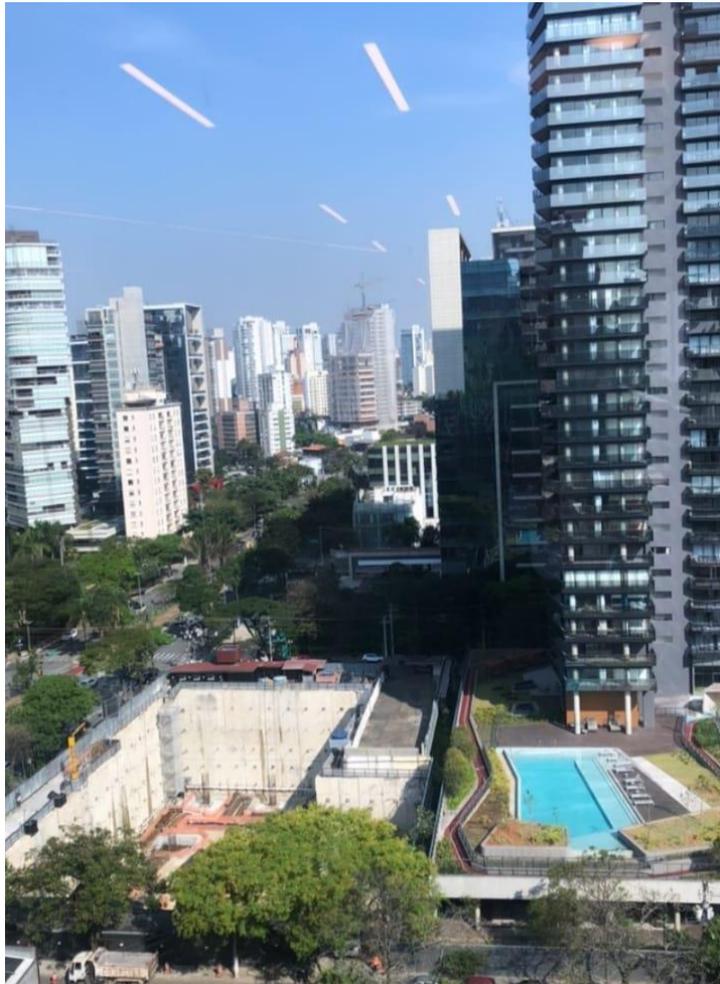
A transformação da região na década de 1970, provocou a reestruturação de sua materialidade junto da inserção de edifícios que proporcionaram uma nova dinamicidade no local. As políticas denominadas como “Operação Urbana Faria Lima” foram medidas que se estabeleceram através de Leis (Lei 11.732, em 14 de março de 1995 e a Lei 13.769/0426, de janeiro de 2004), visando a interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engenheiro Luís Carlos Berrini e Cidade Jardim.

A Segunda Operação Urbana Faria Lima, de 26 de janeiro de 2004, apresentou uma nova dinâmica de revogação em relação à lei anterior. O principal intuito foi adequar a Operação Urbana existente ao Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, de 2001), instrumentalizando as Operações Urbanas Consorciadas como operacionalização de política urbana gerido de forma consorciada entre o Poder Público e as empresas privadas da sociedade civil.

Diante desses fatos, o lugar ganhou uma roupagem voltada para a difusão de escritórios de grandes empresas de tecnologia, (como o Google e o Facebook), e de empresas do ramo do mercado financeiro, como a XP Investimentos, Bradesco, Itaú, BTG Pactual, XP Investimentos, J.P. Morgan, Credit Suisse, dezenas de gestoras de investimentos e escritórios de advocacia., entre outras empresas que envolvem a dinâmica de organização do capital financeiro.

Algumas localidades se tornaram pontos de arquitetura destacados na avenida, sendo os principais elementos o Ohtake Cultural, Shopping Iguatemi (primeiro shopping da cidade de São Paulo), Pátio Victor Malzoni, Complexo B32.

Figura 6 – Região da Av. Faria Lima - São Paulo (SP - BR)

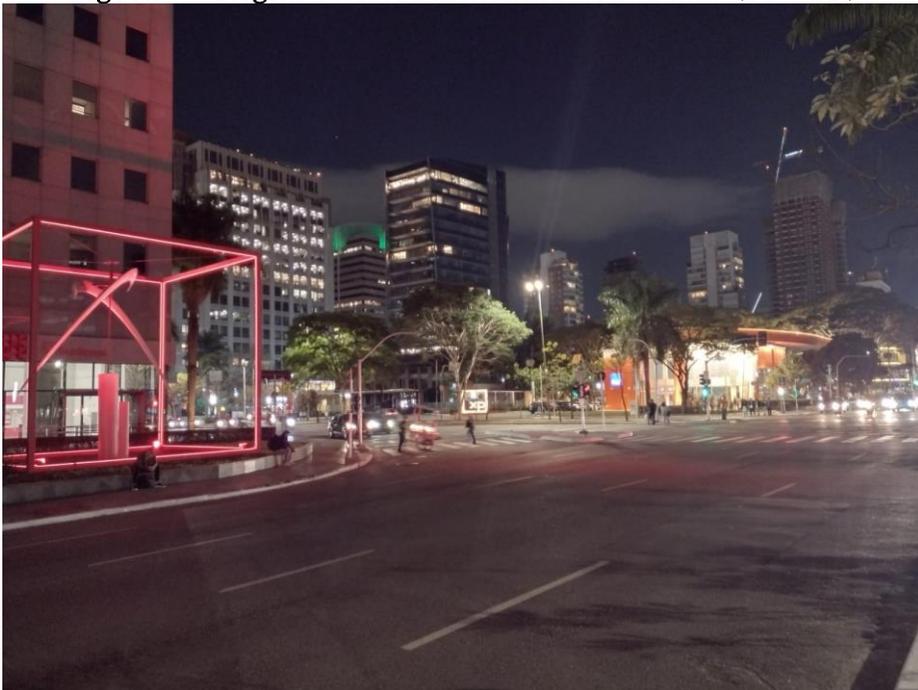


Fonte: Autores, 2023.

No início da década de 2010 a avenida foi contemplada com uma estação de Metrô (Estação Faria Lima - Linha 4 (Amarela)) e com projetos de inserção de ciclovias e meios transportes

conectados com a micromobilidade¹⁰. A regulação desse território foi coordenada com os investimentos públicos, principalmente em relação ao sistema metroviário mencionado, sendo justificada como meio de expansão e consolidação enquanto espaço público a seguridade e instalação de empresas transnacionais (Magalhães, 2021).

Figura 7 – Região da Av. Faria Lima - São Paulo (SP - BR)



Fonte: Autores, 2023.

Essa incorporação empresarial da cidade trouxe uma nova face para as intermediações e formas de uso do território urbano, transformando o lugar conforme as normatizações da gestão

¹⁰ Micromobilidade se refere ao deslocamento de veículos leves, que estão associados a percursos curtos e habituais, que circulam a uma velocidade de até 25 km/h e são utilizados para viagens de até 10 km de distância (NICOLA, 2020).

corporativa. A infraestrutura urbana, no regime da financeirização, adentrou aos modelos da valorização capitalista, caracterizando um setor de negócios na produção e na operação das formas urbanas (Rufino, 2021). A realização de projetos desse tipo despertou o interesse pela rentabilidade e pela minimização de riscos, direcionando os investimentos para setores específicos e determinadas áreas do espaço urbano que viabilizasse o lucro. (Dattwyler, 2017; Sanfelici 2013).

O conceito de paisagem, diante da produção e organização do espaço globalizado, assume características que estão imbricadas em seu modelo de desenvolvimento e consumo. As regiões da financeirização indicam localidades de controle empresarial do território, com seus dos arranjos dos serviços voltados para os fluxos e demanda do capital. Desse modo, a cidade adquire recortes de fragmentação socioespacial, em que nos lugares de alta densidade tecnológica (pontos luminosos), estão as zonas de concentração de gestão dos serviços do capital financeiro e seus escritórios de fiscalização e controle da produção.

Considerações Finais

A construção epistemológica do conceito de paisagem indica como a produção do conhecimento geográfico se desenvolveu de acordo com as novas abordagens de métodos. Os conceitos de paisagens derivadas (Sorre, 1967) e de espaço alienado (Isnard, 1978, 1982) destacam como a sociedade passa por um longo processo histórico de avanço de forças externas sobre os lugares. De acordo com essa sistematização do espaço geográfico, o controle dos

territórios sempre esteve em consonância com medidas de avanço e dominação por parte de agentes que compunham a base hegemônica do capitalismo.

O entendimento da paisagem por meio da teoria de Milton Santos coloca como as ações e intencionalidades do mercado sistematizam uma elaboração de objetos que resultam em um recorte característico. A paisagem, sendo um conjunto de formas que exprimem a herança de um determinado período, torna evidente a produção dos objetos junto da técnica e das transversalidades temporais que se cruzam sob a estrutura que se processa na cidade (Santos, 2002, p. 103).

Diante desse fato, entender a dinamicidade da paisagem e a construção/constituição de suas formas, na atual conjuntura do regime de acumulação financeiro, conduz a pensar como as ações dos agentes hegemônicos aparecem moldando a cidade e suas estruturas. A lógica de reprodução e organização do capital financeiro remete quais usos serão destinados a distintos pontos dos territórios, resultando em lugares alienados, lugares que estão a serviço da circulação do capital forâneo.

A análise realizada nas três cidades (São Paulo (SP – BR), Cidade Autônoma de Buenos Aires (AR) e Santiago (CL)), indica como a ação dos agentes hegemônicos constroem lugares que são observados como pontos de concentração para a distribuição dos seus serviços. Nesses espaços, os níveis de tecnologia, de infraestrutura de alto padrão, acessam a mobilidade urbana e uma rede de alta fluidez de informação, caracterizam a formação de um circuito técnico informacional para um setor limitado da cidade.

Portanto, atualmente, a cidade representa, para os interesses dos agentes financeiros, um aporte para a valorização do valor, uma vez que esse regime de acumulação organiza e produz espaços urbanos, de acordo com sua necessidade lucrativa. Quando o planejamento da cidade assume essa postura de fragmentação socioespacial voltada para construção de regiões que concentram empresas nacionais e internacionais, torna-se evidente como as mazelas de alienação espacial ultrapassam os sistemas de ações estatais que deveriam considerar uma homogeneização social para a produção e organização do território.

Referências Bibliográficas

BALDIN, R. Sobre o conceito de paisagem geográfica. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, v. 32, n. 47, jun. p. 1-17, 2021.

BRAGA, J. C. A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. **Economia & Sociedade**, v. 2, n. 1, 1993, Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643298>. Acessado dia 10 de janeiro de 2023.

CASALI, D. El segundo trimestre del año arrojó valores positivos por primera vez desde la llegada del coronavirus. **La Nación**, 2021 Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/propiedades/inmuebles-comerciales/por-primera-vez-desde-la-llegada-del-covid-el-mercado-dio-senales-alentadoras-nid23072021/>. Acessado em: 15 de março de 2024.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 3 n. 1, p. 185-212, jul. 1998.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, n. 5, p. 7 – 28, fev. 2001.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DATTWYLER, R. H. La espacialidad neoliberal de la producción de vivienda social en las áreas metropolitanas de Valparaíso y Santiago (1990-2014): ¿hacia la construcción idelógica de un rostro humano?.

Cadernos Metr pole, São Paulo, vol. 19, n  39, p. 513 – 535, maio/ ago. 2017.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo** – a nova arquitetura do poder: domina o financeira, sequestro da democracia e destrui o do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

GODOY, P. Categorias marxistas e análise do processo de valoriza o capitalista do espaço. **Forma o (Online)**, Presidente Prudente, v. 25, n. 45, n 29, p. 35-50, maio/ago 2018.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implica es. São Paulo: Edi es Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ISNARD, H. O Espaço do Geógrafo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 36, n   5-16, p. 258-259, jul./dez., 1978.

ISNARD, H. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

LAPYDA, I. **Introdu o   financeiriza o**: David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: CEFA Editorial, 2023.

LUZ, C. E. Paisagem e geografia: uma revisão conceitual. **Geoing **: Revista do Programa de Pós-Gradua o em Geografia, Maringá, v. 6, n. 1, p. 110-135, jul. 2014.

MAGALHÃES, G. Memória: Faria Lima, como surgiu o principal centro financeiro do Brasil. **A Gazeta de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/noticias/memoria-faria-lima-como-surgiu-o-principal-centro-financeiro-do-brasil/1088741/>. Acessado em 26 de março de 2023.

MENGUE, P. Faria Lima foi de subúrbio ao luxo em menos de um século: como foi essa transforma o? **O Estado de S. Paulo**, 2024 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/faria-lima-foi-de-suburbio-ao-luxo-em-menos-de-um-seculo-como-foi-essa-transformacao/>. Acessado em 20 de março de 2024.

MONTENEGRO, M. CONTEL, F. Financeiriza o do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **Revista Eure**, Santiago, vol 43, n  130, p. 115 - 139, set. 2017.

MONTENEGRO, M. R. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 91–106, set., 2017.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

NICOLA, L. Micromobilidade e intermodalidade: impactos e avanços no deslocamento nas grandes cidades. **O Estado de S. Paulo**, 2020 Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/micromobilidade-e-intermodalidade-impactos-e-avancos-no-deslocamento-nas-grandes-cidades/>. Acessado em 28 de março de 2024.

PEDROSA, B. V. A Diversidade da Paisagem: as tentativas de renovação do conceito, em meados do século XX. In: **Encontro de geógrafos da América Latina: A diversidade da paisagem: as tentativas de renovação do conceito, em meados do século XX** 12, 2009, Montevideo. Anais, Montviedo: EGAL, 2009, p. 1 – 18.

PESSANHA, R. M. **A indústria dos fundos financeiros**: Potência, estratégias e mobilidade no capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019.

RIBEIRO, L. H. L.; CATAIA, M. A. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v.11, n.15, p. 9-30, jan/jun. 2015.

RUFINO, B. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, nº 13, p. 1 – 15, jan/jun. 2021.

SANFELICI, D. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **Revista Eure**, Santiago, vol 39, nº 118, p. 27 - 46, set. 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, nº. 6, p. 21-27, jan./jun. 1999.

SORRE, M. **El hombre en la tierra**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

Submetido em: 03 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 05 de junho de 2024

Aprovado em: 13 de agosto de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3400

Como citar:

DI GENOVA BARBERIO, L.; GALLO, F. ESPAÇO GEOGRÁFICO, FINANÇAS CONTEMPORANEAS E PAISAGEM URBANA: OLHARES PARA A AMÉRICA LATINA: LOOKING AT LATIN AMERICAS. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 242-285. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3400>. Acesso em: dia/mês/ano.